

Os responsáveis e os irresponsáveis

JERSON KELMAN

Nos anos 80, a Indústria Cataguazes de Papel despejava efluentes de processo industrial contendo alta carga de poluição orgânica no ribeirão Cágado. Por ter sido multada seguidas vezes, a empresa decidiu armazenar os poluentes em grandes reservatórios. Para isto, construiu duas barragens nas cercanias do ribeirão.

O material ficou lá depositado por mais de dez anos até que, na madrugada do último dia 30 de março, uma das barragens rompeu, causando uma espécie de avalanche de poluição, e transformando, por curto intervalo de tempo, o bucólico ribeirão, de cerca de 3km de comprimento, em caudaloso rio, com 100m de largura.

A carga poluidora se diluiu no fluxo do Rio Pomba, cruzou a fronteira entre os estados de Minas e Rio, desembocou no Rio Paraíba do Sul e, alguns dias depois, chegou ao mar.

No caminho, deixou um rastro de sofrimento e destruição. O abastecimento das populações teve que ser interrompido, o esforço de vários anos para fortalecer a pesca no noroeste fluminense foi literalmente por água abaixo, e a produção agrícola sofreu forte baque. Fora outros danos ambientais que estão ainda sendo avaliados.

Não se sabe ainda por que a barragem rompeu. É muito pequena, quase insignificante, a probabilidade de rompimento de uma barragem que tenha sido corretamente dimensionada, operada e mantida. Entretanto, pode romper, da mesma forma que um avião pode cair, mesmo quando todos os procedimentos

de segurança tenham sido tomados. Existe crime apenas quando o proprietário é negligente na operação ou na manutenção.

E a barragem que não rompeu? Estaria também ameaçada? Como gato escaldado tem medo de água fria, imaginei, num primeiro momento, que o pânico com relação ao possível rompimento da segunda barragem fosse apenas histeria coletiva. Até que fui ao local fazer uma inspeção, juntamente com o vice-governador do Estado do Rio, Luiz Paulo Conde, e com o secretário do Governo de Minas, José Carlos Carvalho.

Fiquei estarrecido quando constatei que o vertedor da segunda barragem tinha sido deliberadamente obstruído por uma mureta, e que o nível do líquido estava perigosamente próximo da crista da barragem, havendo, efetivamente, grande risco de transbordamento e de rompimento.

Por que alguém faria a estupidez de obstruir o vertedor? Posso apenas conjecturar: quando o nível do líquido atingiu a crista do vertedor e começou a purgar, com algum dano ecológico, mas de forma prevista para garantir a segurança da barragem e prevenir um desastre ambiental, a empresa foi pressionada para corrigir o problema. Em vez de corrigir de verdade, o que significaria um vultoso investimento, resolveu "corrigir" erigindo a mureta. E nós, do sistema ambiental, dormimos tranqüilos.

Esta conjectura necessita de investigação policial. No entanto, a Polícia Federal esteve ocupada no cumprimento de mandato de prisão preventiva dos diretores da empresa, o que dificultou as decisões da-

queles com responsabilidade pelas medidas emergenciais. Por exemplo, não se sabia da existência de uma adutora que posteriormente veio a ser utilizada para aliviar a carga do reservatório que não rompeu. O clima de comoção, lastreado no sofrimento real da população diretamente atingida, foi insuflado por um sem-número de declarações de especialistas que, a centenas de quilômetros do evento, e sem conhecimento de causa, propalavam pela imprensa suas teorias catastrofistas. A pior delas é de que os sistemas de abastecimento da região ficariam comprometidos por um prazo de pelo menos dez anos!

As autoridades decidiram por diversas medidas mitigadoras, a fim de diminuir o impacto do derramamen-

to, incluindo ajuda do Ibama aos pescadores que ficaram sem renda. Pela Agência Nacional de Águas (ANA), decidimos, juntamente com o Operador Nacional do Sistema (ONS), mudar as regras operativas de quatro hidroelétricas localizadas nos rios Pombas e Paraíba do Sul, visando a aumentar o fluxo de água nos locais afetados com o objetivo de diluir a carga poluidora e para apressar a passagem da mancha.

A pronta colaboração do ONS demonstrou, na prática, que a água armazenada nos reservatórios, inclusive nos associados a usinas hidrelétricas, deve ser utilizada de forma a atender ao interesse público. No caso específico, a diluição da poluição foi mais importante do que a otimização da produção de eletricidade.

André Mello



A sociedade cobra do sistema ambiental maior eficácia, para que não fiquemos eternamente cuidando da poluição derramada. Algumas sementes já haviam sido lançadas mas, lamentavelmente, não tiveram tempo para frutificar.

Por exemplo, a ANA concluiu, em dezembro, o cadastramento de mais de quatro mil empresas que se utilizam dos rios da bacia do Paraíba do Sul, tanto para captar água como para lançar efluentes. O acidente ocorreu quando nos preparávamos para montar o processo de pente fino destinado a identificar tanto as empresas que não se cadastraram, como é o caso da Indústria Cataguazes de Papel, quanto aquelas que prestaram informações incorretas. Esta tarefa deverá contar com controle social, através da participação do comitê da bacia (Ceivap).

Entretanto, há que se reconhecer que muito mais precisa ser feito para diminuir a probabilidade de que acidentes deste tipo venham a se repetir.

O primeiro passo consiste em eliminar as zonas de sombreamento de responsabilidades entre órgãos estaduais e federais, tanto no domínio ambiental quanto no da gestão de recursos hídricos. Quando muitos são responsáveis, ninguém é responsável. Para isto, a ministra Marina Silva determinou uma avaliação objetiva do acidente para identificar não apenas as eventuais responsabilidades e omissões de pessoas mas, principalmente, para identificar e corrigir as falhas do sistema.

JERSON KELMAN é diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).